



# COLÉGIO LUIZA DE MARILLAC

EXTERNATO POPULAR SÃO VICENTE DE PAULO

Rua Voluntários da Pátria, 1.653 - Santana - São Paulo - CEP: 02011-300

Tel/fax: 2226-6161 - [www.marillac.g12.br](http://www.marillac.g12.br) - [marillac@marillac.g12.br](mailto:marillac@marillac.g12.br)

---

## **Nova República 1985 - dias atuais**

### **• O governo Sarney (1985-1990)**

No mesmo dia da morte de Tancredo, Sarney assumiu a presidência com plenos poderes. O momento era de esperança, apesar das grandes dúvidas que envolviam o governo Sarney, já que este era composto por peemedebistas e pedessistas dissidentes que, juntos, haviam articulado a Aliança Democrática. Além disso, o homem a quem a nação incumbira de leva-la a um porto seguro morreria, e o passado político de seu substituto, José Sarney, não o credenciava, junto à opinião pública, como capacitado para tal empreendimento.

Contudo o presidente Sarney assumiu a chefia do governo num momento histórico em que havia um consenso geral de que o regime democrático seria ideal para o atendimento das aspirações sociais. Quanto a isso até os extremistas de esquerda e de direita e a maioria dos militares concordavam.

O consenso sobre o processo democrático foi uma das válvulas mestras que impulsionaram Sarney a enviar ao Congresso, em maio de 1985, uma série de medidas democratizantes, transformadas em lei:

- Restabelecimento das eleições diretas para presidente e vice;
- Restauração das eleições diretas para prefeitos das capitais, das áreas consideradas de segurança nacional e das estâncias hidrominerais;
- Liberalização das atividades sindicais;
- Direito de voto aos analfabetos;
- Liberdade organização de novos partidos e a legalização dos partidos que viviam na clandestinidade, como o Partido Comunista Brasileiro, PCB, que fora extinto em 1947, e o Partido Comunista do Brasil, PC do B, originalmente maoísta e que nascera de uma dissidência do PCB em 1962.

Todos os partidos passaram a ter, por lei, plena liberdade de ação e acesso a todos os meios de comunicação, inclusive a televisão, em horários político-eleitorais garantidos pelo Supremo Tribunal Eleitoral, STF. A legalização dos partidos até então clandestinos e demais organizações de esquerda alterou o panorama eleitoral do país, o que naturalmente reduziu a influência de muitos políticos demagogos, centristas e conservadores. O país livrava-se, da Lei Falcão, que limitava a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação, principalmente, TV e rádio. A campanha política ganhava nova dimensão através do “horário gratuito”, onde os acirrados debates entre os candidatos às vezes descambavam para a ofensa pessoal e para a falta de ética.

Com essas medidas Sarney e o Congresso surpreendiam a nação, pois o país normalizava as instituições democráticas. Entretanto, persistia o chamado “entulho autoritário”, isto é, algumas leis criadas pelo regime militar como, por exemplo, a Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa, o direito do presidente de baixar decretos-lei, que punham nas mãos, tanto do presidente quanto da classe política poderes de continuar dominando a população e seus acessos às informações, o que, como veremos adiante, era bastante conveniente.

A Nova República evidenciou a prática do “fisiologismo” que envolve o governo e a maioria dos políticos civis e que se concretiza no “toma lá, dá cá”, ou ainda no conhecido, “é dando que se recebe”. O “fisiologismo” consiste no apoio dado ao governo pelos políticos “fisiológicos” em troca de favores os mais variados e de concessões, a maioria ilegais. Além do fisiologismo o que se tornou prática comum foi o nepotismo, que é o ato de nomear para cargos públicos parentes dos membros do executivo ou legislativo, essa prática foi comum em todos os níveis, do federal ao municipal.

No início dos anos 1980 o Brasil conheceu a maior recessão da sua história até então. Contudo o governo Figueiredo com Delfim Neto como ministro da Fazenda, foi responsável por uma série de medidas, tais como incentivos fiscais subsídios, às exportações, maxidesvalorização do cruzeiro em 1983, que resultaram num extraordinário superávit da balança comercial. O Brasil exportava como nunca, em 1985 a balança comercial atingiu um saldo de 12 bilhões de dólares. A maxidesvalorização da moeda e os baixos salários baratearam os preços dos produtos brasileiros nos mercados internacionais e, conseqüentemente, aumentaram as exportações.

Assim a Nova República herdou em 1985 uma economia ajustada, porém, marcada pelo estigma do superendividamento interno e externo, do aumento do déficit público e da inflação galopante. A aceleração inflacionária gerava um sério dilema para o governo Sarney, pois o pulo do patamar de 230% para 450% anulava a perspectiva de estabilização, apesar da boa performance da economia brasileira em 1985 e início de 1986, momento em que empresários recomeçaram a investir no setor de produção.

A incerteza sobre o aceleração inflacionário de há muito já havia levado à redução dos investimentos privados nos setores produtivos. Ocorre que num contexto inflacionário acelerado e de futuro incerto os empresários entendem que é muito mais lucrativo e garantido aplicar o lucro acumulado ou mesmo o capital de giro da empresa no mercado financeiro, notadamente na aplicação de curtíssimo prazo, o *overnight*. O quadro resultou na supervalorização do mercado financeiro em detrimento do setor produtivo, daí a inibição dos investimentos privados, pois os empresários procuravam garantir o fluxo de renda real. Outra forma de os empresários salvarem a rentabilidade, num contexto de inflação em alta, foram as constantes remarcações de preços.

- **Plano Cruzado**

A população esperava mudanças econômicas significativas que viessem atender as expectativas da grande massa pobre no país. Por sua vez a massa trabalhadora, tanto a rural quanto a urbana, aumentaram consideravelmente sua capacidade de mobilização e de coletivização na defesa de seus interesses.

As novas centrais sindicais representativas de classe, como a Central Geral dos Trabalhadores, CGT, Central Única dos Trabalhadores, CUT, apesar das divergências que compõem o movimento sindical, eram agora mais combativas e inovadoras na defesa e mobilização da classe trabalhadora. As reivindicações por aumento real do salário, redução das horas de trabalho para quarenta horas semanais, piso salarial para a categoria e reajustes salariais trimestrais automáticos, reivindicações exigidas em São Paulo pelo sindicato dos metalúrgicos liderados pelo PT, explodiram num processo de greves que atingiram vários outros setores e Estados e se arrastaram por todo o ano de 1985 e começo de 1986.

O presidente Sarney e seu ministro da Fazenda, Dílson Funaro concluíram que, para combater o processo inflacionário e promover uma melhor distribuição de renda, era necessário um tratamento de choque na economia. Assim pensando, o governo decretou em 28 de fevereiro de 1986 o **Plano Cruzado**.

O plano consistia numa tentativa de estabilização econômica que se consubstanciava em dois princípios fundamentais: o **controle de preços** e a **desindexação da economia**. A desindexação da economia correspondeu à extinção da correção monetária e ao congelamento das **Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional**, ORTN, por um ano. O governo também proibiu a indexação nos contratos com validade de prazo menor que doze meses. Isso equivale a dizer que os títulos da vida pública, por exemplo, a partir de então não teriam correção e, portanto, ficariam sujeitos a uma desvalorização, correspondente à inflação do período. Assim sendo, quem possuíam títulos buscava negocia-los com o governo com deságio. O Estado lucrou consideravelmente com esse mecanismo financeiro, na medida em que reduziu a dívida externa. A extinção da correção monetária provocou sensível queda nos ganhos das instituições financeiras e daqueles que aplicavam no mercado de capital, via open-marketing, overnight.

A intervenção do governo na economia contribuiu consideravelmente para a recomposição das rendas e para o aumento da taxa de reinvestimento nos setores produtivos pelo empresariado. As medidas econômicas do plano de estabilização econômica que converteu o cruzeiro em cruzado, na proporção de mil por um, contribuíram, pelo menos no princípio, para uma melhor distribuição de renda nacional.

Apesar dos reajustamentos salariais, a partir de março de 1986, terem tomado como base de cálculo a média real dos últimos seis meses antes do plano, e o fato de o governo ter desprezado a inflação de fevereiro, não há dúvida que o plano do governo aumentou a participação dos trabalhadores assalariados na renda nacional, pelo menos nos primeiros meses da execução do plano.

O abono de 8% para os assalariados em geral e de 15% para o salário mínimo contribuiu para esta realidade, mesmo considerando que aqueles cálculos geraram um achatamento de mais ou menos 4,5%. Além disso, os futuros reajustes seriam automáticos, gatilho, sempre que a inflação somasse 20%, e foi criado o **seguro-desemprego**.

O congelamento de preços adotado pelo governo foi também um fator de redistribuição de renda, na medida e que o reajustamento de salário, num quadro de preços congelados aumentam o poder de compra dos trabalhadores. Isto resultou num extraordinário aumento do consumo, notadamente daqueles produtos que se tornaram bem baratos por que o preço foi congelado em patamar defasado. Vale dizer também que o consumismo acentuado não resultou apenas do aumento do poder aquisitivo, mas também por que a incerteza sobre quanto tempo duraria o congelamento gerou a febre da antecipação da compra.

Nessa febre consumista as classes médias tiveram papel relevante, pois, como o mercado financeiro perdeu seu atrativo como fonte de ganho, muita gente passou a usar o dinheiro na compra de bens que lhe permitissem demonstração de status. Os de renda mais baixa, influenciados pelo consumismo, usavam sua pequena reserva acumulada na poupança, o que geriu entre fevereiro e maio, uma queda nos depósitos de poupança em aproximadamente 27%. A falta de atração das aplicações financeiras, além de resultar na alta de consumo,

resultou também na explosão dos preços das ações imóveis. Dólar no mercado paralelo, telefones, entre outros produtos. A especulação nesses setores tornou-se, sem dúvida, muito mais atraente para os grandes e médios aplicadores do que o mercado financeiro.

A mobilização social em torno do plano transformou milhões de pessoas em autênticos “fiscais do Sarney”, com o objetivo de tornar real o congelamento dos preços, forçando o comércio a mantê-los, chegando inclusive a depredar estabelecimentos comerciais infratores. O plano acabou gerando uma euforia consumista, que durou algum tempo, mas em pouco tempo essa euforia consumista acabou gerando muitos problemas.

Um desses problemas foi o desequilíbrio entre a oferta e a procura. Muitas empresas não conseguiram produzir o suficiente para atender a demanda. Os produtos escasseavam nos supermercados e no comércio em geral por excesso de demanda, mas também por que muitos empresários escondiam o produto para poder vendê-lo com ágio. Muitas indústrias passaram a “maquiar” produtos, isto é, colocar novos rótulos ou novas embalagens ou até mudar o nome da marca para vendê-los mais caro. E pior ainda, vários empresários para garantir a margem de lucro, diminuíram a qualidade do produto. Esse mecanismo tornou-se usual. Acrescentou-se ainda a retirada do mercado artigos cujos preços estavam defasados.

O governo não tinha mecanismos suficientes para inibir os abusos e desacelerar o consumo. Finalmente, após uma curta existência de oito meses, o Plano Cruzado fracassou. A economia voltou a ser indexada e a inflação ganhou força, aumentando dia após dia. Entretanto, o plano acabou gerando ótimos resultados políticos para o governo, em 1986. Nas eleições de novembro, dos 23 governadores, 22 eram do PMDB, partido da base do governo e 1 era do PFL, partido de Sarney, à época. Ainda conseguiu eleger 156 deputados federais, sem contar nas Assembléias estaduais nas quais o governo fez a maioria dos deputados.

No que se refere a política internacional, a declaração da moratória, em fevereiro de 1987. A suspensão do pagamento da dívida externa brasileira, na tentativa de forçar uma renegociação com os bancos internacionais, sem necessitar do auxílio do FMI. Era também uma tentativa de aumentar as reservas financeiras do país que estavam em 3,5 bilhões de dólares.

A reação negativa e imediata dos bancos credores obrigou o governo do Brasil a recuar de sua posição inicial. Internamente orquestrava-se uma campanha contra o ministro Funaro, por elementos do próprio governo que pretendiam desestabilizar o ministro, e por empresários ligados aos setores financeiros e exportadores.

Cedendo as pressões externas e internas, procurando restaurar um relacionamento amigável com os EUA e com os credores internacionais Sarney recuou e demitiu Funaro substituindo-o por Luís Carlos Bresser Pereira. O novo programa de combate à crise e de controle inflacionário ficou conhecido como **Plano Bresser**, que também fracassou. A popularidade de Sarney despencava, isso refletiu-se nas eleições municipais de 1988, em que candidatos do PT e do PDT ganharam as principais capitais.

Em janeiro de 1989 o governo lançou um novo programa econômico, chamado de **Plano Verão**. O novo plano, criado pelo então ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, era praticamente uma reedição do Plano Cruzado.

Pelo Plano Verão ficava estabelecido um novo congelamento de preços, a substituição do cruzado pelo **cruzado novo**, também na proporção de mil para um, uma nova desindexação da economia com o fim das

Obrigações do Tesouro Nacional, OTNs, a elevação dos juros bancários e a recomposição salarial pela média do salário real dos últimos doze meses.

Renasciam as esperanças de reduzir a inflação. No entanto, como acontecera em 1986 com o Plano Cruzado, as mercadorias começaram a escassear nos mercados, retomaram-se as vendas com ágio, e muitas indústrias voltaram a maquiar suas mercadorias. Na prática o plano fracassou, pois não alcançou nenhum resultado concreto. O déficit público aumentou e a inflação continuou e sua trajetória de aceleração, de tal forma que em fevereiro de 1990, mês que antecedeu a posse de Fernando Collor de Mello, alcançou a taxa diária de 2%.

- **Constituição de 1988**

Apesar da necessidade urgente de uma nova Constituição e da promessa em seu discurso de posse, Sarney propôs e o Congresso aceitou, evidentemente, que não houvesse eleições exclusivas para uma Assembléia Constituinte, mas sim que esta fosse formada pelos congressistas eleitos em 1986.

Constituída em 1986, a Assembléia Constituinte gerou uma grande expectativa nacional até outubro de 1988, quando finalmente foi promulgada a nova Constituição. A demora na elaboração da nova **Carta Magna**, a maneira conservadora como a maioria dos constituintes encarava e decidia sobre assuntos de vital importância para a sociedade, bem como conflitos ideológicos entre eles, geravam certo desencanto e descrédito quanto à real afirmação da democracia no país.

Contudo a sociedade brasileira esteve representada nos debates constitucionais por entidades ou grupos organizados, verdadeiros lobbies rurais e urbanos que buscavam influenciar as decisões dos constituintes em prol dos grupos que representavam.

Por sua vez parlamentares de direita e de centro-direita organizaram-se e formaram o **centrão**, com a finalidade de boicotar as propostas progressistas e impedir que elas fossem transformadas em lei. Todavia, embora muitos constituintes assumissem postura conservadora e até mesmo reacionária, a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 trouxe, em si, significativas mudanças sociais e políticas.

Ela assegurava o regime democrático, garante as conquistas das classes trabalhadoras rurais e urbanas, reafirma certos direitos do cidadão e dá sustentação jurídica ao Estado de Direito, garante as liberdades individuais, entre outras conquistas. Entre as suas principais determinações pode-se destacar:

- O presidente não pode baixar decretos-leis, como era comum desde 1964;
- Garante-se aos índios a posse da terra que já ocupam tradicionalmente, e compete à União “demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”;
- As propriedades rurais que não estiverem cumprindo sua **função social**, expressão um tanto vaga, podem ser desapropriadas pelo governo, mediante uma indenização prévia;
- As propriedades rurais produtivas não podem ser desapropriadas;
- O voto será facultativo dos 16 aos 18 anos, e obrigatório dos 18 aos 70;
- Afirma-se o direito de voto ao analfabeto;
- O racismo torna-se crime inafiançável e imprescritível, sujeito à prisão;

- São asseguradas ao trabalhador a liberdade sindical e a liberdade de greve, exceto para os que trabalham em serviços e atividades consideradas essenciais;
- Férias acrescidas de 1/3 do salário;
- Os direitos trabalhistas aplicam-se tanto aos trabalhadores urbanos quanto aos rurais e se estendem esse direito aos trabalhadores domésticos;
- A jornada de trabalho será de 44 horas semanais, e a hora extra será paga com 50% a mais do valor da hora normal.
- **Eleições de 1989**

Os desmandos e os desacertos do governo Sarney colocaram o país no fundo do poço onde não se vislumbrava luz salvadora. O último ano de seu governo foi, em todos os sentidos, desastroso. A prática do nepotismo, do fisiologismo alcançou dimensões incalculáveis. O clima era de fim de festa. A porta do tesouro público foi aberta em benefício de políticos inescrupulosos que barganhavam apoio ao presidente em troca de favores políticos e/ou financeiros. O que contribuía para aumentar o desgaste da imagem dos políticos junto à opinião pública. As dependências do Congresso, em algumas ocasiões, viraram arena para agressões e xingamentos, numa autêntica falta de decoro parlamentar. O desgoverno prenunciava o caos e a anarquia. De muitas bocas ouvia-se a frase: “ai que saudade do Figueiredo”. O país estava sem rumo.

Em contrapartida, e por decorrência dos fatos expostos, a massa trabalhadora, mais bem organizada e mobilizada por suas centrais sindicais, respondia aos descabros econômicos e políticos com greves. Há quem calcule em 10.000 o número de greves ocorridas na chamada Nova República. Aproximado ou não, o número nos dá uma amostra do clima de caos econômico e político que ameaçava a institucionalização do país.

Em 1989, ano da primeira eleição direta para presidente depois de 29 anos e último do governo Sarney, as agitações sociais, reflexo dos descompassos entre governo e sociedade, espelhavam a caótica direção do país. Naquele ano explodiram centenas de novas greves em todo o território nacional, atingindo inclusive os chamados setores essenciais, como o da assistência médico-hospitalar, dos transportes coletivos do funcionalismo público entre outros.

As greves, diárias, a violência social, a corrupção, a impunidade dos especuladores e corruptos, os escândalos no mercado financeiro e na administração pública, o descaso dos políticos pelos problemas sociais, os assassinatos em escala ascendente de sem-terras e a impunidade dos assassinos ligados a alguns prepotentes latifundiários, a miséria e a indignação, a falta de segurança, o empobrecimento das classes médias e o distanciamento entre o Estado e a nação retratavam um país carente de justiça social onde, a cada instante, a cidadania era agredida.

A campanha eleitoral para presidente ganhou caráter ideológico, pois os principais concorrentes eram candidatos de direita ou de esquerda, excluindo-se, naturalmente, o grande número de candidatos sem expressão política, cuja falta de embasamento ideológico deixava clara sua verdadeira intenção, tirar proveito ao máximo de sua candidatura.

De resto, tanto candidatos de esquerda como os de direita se limitaram a atacar a política econômica do governo Sarney, a corrupção e a imoralidade administrativa na tentativa de ganhar a simpatia popular, em vez de apresentarem programas de governo que procurassem realmente dar solução aos problemas que afligiam o país. A campanha eleitoral polarizou-se em torno de algumas personagens de renome político nacional como Paulo Maluf, Mário Covas, Lula, Leonel Brizola, e do, até então, desconhecido, Fernando Collor de Mello, de família oligárquica, que fez sua vida política no Estado de Alagoas. Collor foi prefeito biônico de Maceió, e governador de Alagoas, pelo PDS.

A candidatura de Collor, era, inicialmente, inexpressiva e sem força partidária, já que seu partido, PRN, Partido da Reconstrução Nacional, também não tinha a mínima expressão nacional, Fernando Collor soube, como ninguém, usar a mídia eletrônica em seu favor.

Exemplo fantástico de marketing político, Collor contou com o apoio da **Rede Globo** para vender sua imagem de “caçador de marajás”, e defensor dos “descamisados”. Era o símbolo “novo” contra o “velho” e sua ascensão junto ao eleitorado refletia o cansaço e o descrédito da massa em relação à “velharia política”. Com tudo isso Collor acabou sendo eleito em dezembro de 1989 após derrotar no segundo turno, o candidato do PT, Lula.

#### • **Governo Collor (1990-1992)**

As duas principais promessas de Collor durante a campanha eleitoral eram a modernização econômica e o fim da inflação. Para a massa pobre o candidato representava a ressurreição da moralidade política e, quem sabe, a solução para os seus problemas cruciais. Para as pessoas mais politizadas, Collor era um representante inquestionável do populismo ressuscitado, para algumas pessoas da classe dominante, era a chance de mudar sem que elas precisassem ceder muito para os mais pobres.

A sociedade brasileira, embora acostumada a ser atacada por planos econômicos mirabolantes, com poucos resultados, especialmente durante o governo Sarney ficou estarecida com o novo pacote de medidas econômicas decretado por Collor no dia seguinte a sua posse, 16 de março de 1990. pois em suas determinações o pacote quebrava as promessas feitas por Collor quando era candidato, como, por exemplo, a de não mexer com a poupança popular. O ousado **Plano Collor**, elaborado por uma equipe econômica gerenciada pela ministra da economia Zélia Cardoso de Melo apresentava alguns elementos fundamentais:

- Retorno do cruzeiro como moeda nacional;
- Bloqueio quase total dos ativos financeiros das pessoas físicas e jurídicas;
- Reforma administrativa que implicava a extinção de várias empresas estatais e de vários órgãos administrativos, o que resultaria na redução dos gastos públicos e na privatização da economia;
- Redução dos entraves às importações, com o objetivo de aumentar a base tributária;
- Congelamento parcial e controlado dos preços;
- Prefixação dos salários, dos aluguéis e de outros rendimentos.

O bloqueio dos ativos financeiros era, na verdade, um confisco das contas em cruzado novo, pois, conforme o plano do governo, os cruzados depositados em contas e pessoas físicas ou jurídicas e em cadernetas de

poupança que excedessem o limite fixado pelo governo seriam depositados no Banco Central e só começariam a ser resgatados a partir de setembro, em doze parcelas iguais.

Inicialmente o plano reduziu consideravelmente a taxa inflacionária. Porém passados dois anos da posse, o governo Collor não conseguiu debelar a inflação, que, em março de 1992, chegara no patamar de 21% ao mês. Com o fracasso do Plano Collor, notadamente em relação à inflação, Zélia e sua equipe foram substituídos por Marcílio Marques Moreira.

O governo Collor significou para a economia brasileira o início de um novo processo de modernização, aplaudido freneticamente pelas elites políticas e empresariais. O processo, implementado pela nova equipe econômica, implicou a adoção do **neoliberalismo econômico** e a conseqüente redução da intervenção do Estado na economia. Em outras palavras, o neoliberalismo reduz o espaço do poder público e aumenta a pista para o dançar frenético dos interesses privados.

Se por um lado o liberalismo significou a abertura do mercado nacional à competição internacional, por outro lado, trouxe benefícios para os consumidores brasileiros que passaram a ter acesso a uma imensa variedade de produtos estrangeiros com qualidade superior e preços menores devido à competitividade entre empresas nacionais e internacionais.

É importante destacar, no entanto, que este benefício diz respeito apenas à qualidade e aos preços dos produtos estrangeiros e que não se está considerando, por enquanto todos os seus efeitos sociais negativos. A abertura do mercado brasileiro ao comércio e ao capital internacional com a redução gradativa das barreiras alfandegárias se insere no processo de **globalização**. Podemos considerar ainda como dado positivo de processo de modernização da economia brasileira, iniciado no governo Collor, o fato de as empresas brasileiras, pressionadas pela concorrência qualitativa, quantitativa e de preços dos produtos estrangeiros, terem se conscientizado da necessidade urgente de atualização tecnológica e de racionalização administrativa. Essa mudança na mentalidade empresarial brasileira de alguma forma serviu para melhorar a qualidade do produto nacional, ameaçado pelas importações. Voltado para a modernização econômica, o presidente Collor foi também responsável pela aceleração do processo de privatização das empresas estatais e da liberação dos preços. Um dos efeitos sociais negativos, decorrente do processo de modernização foi, por exemplo, o aumento sistemático de desemprego, conhecido como **desemprego tecnológico** ou **desemprego estrutural**.

Em meados de 1992 a política econômica do governo mostrava sua incapacidade de inibir o galopante processo inflacionário, de refrear a caminhada recessiva e sua conseqüência mais funesta, o desemprego em massa, e de aniquilar com o gigantismo do setor público.

Em menos de dois anos o governo Collor passou do “céu ao inferno”, em pesquisas de opinião pública feitas no início de 1992, a rejeição atingiu a cifra de 48%, sem dúvida um índice inimaginável se comparado aos 4% de março de 1990. Uma outra pesquisa realizada no ano de sua posse revelava que 71% dos entrevistados o avaliaram como ótimo e bom. Em março de 1992 o quadro se inverteu e o presidente conseguiu apenas 15% de aprovação. Desmoronava a imagem do presidente jovem, saudável e arrojado. Era o início de um processo de queda vertical, que culminou com o processo de *impeachment*.

A desmoralização e o desgaste da imagem do presidente, tão bem fabricada pela mídia, foram produzidos por alguns fatores que marcaram o governo Collor; a recessão, a inflação, o desemprego, o voluntarismo quase despótico que marcaram o personalismo de Collor. O envolvimento de alguns ministros e secretários de Estado com os rumorosos escândalos de corrupção, de licitações fraudulentas, de desvio de verbas, tráfico de influência, superfaturamento nas compras, contratos sem licitação, sem contar o aumento do desemprego, o crescimento da miséria, doenças relacionadas à pobreza, como a dengue, a malária, a lepra e o cólera.

O processo de impeachment iniciou-se com as denúncias do irmão do presidente, Pedro Collor, denunciou que havia uma imensa rede de corrupção, liderada por Paulo César Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Collor. Com a instalação de uma CPI, grande parte das denúncias foi confirmada. A mídia, mesmo aquela que apoiara Collor, passou a dar uma ampla cobertura aos acontecimentos. O povo acompanhava boquiaberto. O prestígio do presidente, que já era pequeno, desmoronava rapidamente.

Os estudantes foram às ruas com as cores da bandeira nacional pintada nos rostos. Entraram para a história como os “cara-pintadas”. As manifestações estudantis tiveram papel de destaque no impeachment de Collor. Uns por convicção, outros atizados pela imprensa, lembrando que amplos setores dos meios de comunicação, os mesmos que criaram Collor, criaram os meios para derrubá-lo.

Alguns políticos, antes aliados, na hora de votar, diante das câmeras e do povo, optaram por agradar aos eleitores. Os opositores, mesmo aqueles, que tinham em seu passado fatos desabonadores, o combateram e se utilizaram do momento para aparecer como moralistas e nacionalistas. Com isso Collor perdeu além do mandato seus direitos políticos por oito anos, conforme previa a Constituição.

- **Governo Itamar Franco (1992-1994)**

Com a declaração do impeachment de Collor pelo Senado Itamar Franco tornou-se o presidente do Brasil. Apesar das indecisões e incertezas de Itamar nos primeiros momentos, o país o respeitava como homem honesto, o que após o governo Collor era muito. Havia uma crença geral e uma esperança de que o Brasil tinha tudo para salvar-se e restaurar a moralidade política. Cabia a Itamar conduzir o Brasil para este caminho. Ao apresentar suas metas de governo, Itamar insistiu no combate à pobreza, à inflação e à recessão, e assegurou que não haveria mais calote do dinheiro público, como Collor havia feito. Contudo a recessão continuou gerando desemprego e miséria, e a credibilidade do presidente caiu vertiginosamente. Sua imagem junto à opinião pública era a de um homem despreparado para governar o país.

Os erros políticos, administrativos e econômicos cometidos por Itamar, sua indecisão na escolha dos ministros, a incapacidade da equipe econômica em apresentar medidas capazes de combater a inflação, o descrédito generalizado nos políticos, as explosões sociais que agitavam o país, a fome, a miséria e a falta de segurança geravam incertezas quanto ao futuro do país. Em maio de 1993, Itamar Franco nomeou seu quarto ministro da Fazenda em sete meses, Fernando Henrique Cardoso, que assumiu o cargo num panorama de descrédito total diante de um quadro inflacionário crescente.

O novo ministro e sua equipe trataram de organizar um plano que controlasse a inflação e o déficit público. Déficit público é quando o governo gasta mais do que arrecada. Como os gastos superam a receita, os governos, costumeiramente, cobrem as diferenças vendendo títulos e emitindo dinheiro em quantidade superior ao índice de crescimento da economia. Dessas emissões decorre a desvalorização da moeda e do conseqüente aumento dos preços, um dos fatores que aceleram a inflação.

Por outro lado, para vender seus títulos, o governo paga altas taxas de juros aos compradores, esvaziando ainda mais o Tesouro. As instituições financeiras, como os bancos, por exemplo, que compram os títulos do governo, emprestam dinheiro aos empresários, cobrando-lhes juros mais altos. Os empresários, por sua vez, repassam os juros para os preços dos produtos. Esse mecanismo vicioso de repasse dos juros aumenta o índice inflacionário, que, entre março e abril de 1994, chegou a 45% ao mês. Uma vez que o déficit público foi a razão principal do fracasso dos planos econômicos anteriores, como o Plano Cruzado, por exemplo, combatê-lo é meta fundamental na luta contra a inflação. O sucesso do plano dependia em grande parte da aprovação, pelo Congresso do **fundo Social de Emergência**, o que aconteceu em março de 1994. Segundo o Fundo, 15% do total arrecadado pelo governo em impostos seria destinado a chamada **Reserva Social de Emergência**. O Fundo determinava ainda que, do total do dinheiro destinado ao Tesouro Nacional, 18% iriam para educação, 50% para os Estados e municípios e uma parte para a seguridade social; somente 15% seriam destinados livremente a outros setores. Em março, após a aprovação do Fundo Social de Emergência, pelo Congresso, o governo lançou provisoriamente a URV, Unidade Real de Valor que passou a funcionar como elemento de equilíbrio entre preços e salários. Com a URV o Banco Central começou a corrigir diariamente o índice inflacionário de acordo com as variações do dólar.

Nos primeiros momentos de sua aplicação, a URV serviu como indexador obrigatório dos salários, das tarifas públicas, dos aluguéis, das prestações da casa própria. Os comerciantes e industriais estavam liberados para fixar ou não os preços de seus produtos em URV. Os preços estabelecidos em URV seriam convertidos em cruzeiros reais no dia da compra do produto ou do seu pagamento. O novo plano estabelecia que, quando houvesse um certo alinhamento entre salários e preços a URV deixaria de existir e o desmoralizado cruzeiro real seria substituído pelo real, uma nova moeda cujo valor acompanharia o dólar.

Nos primeiros momentos de sua implantação, o plano econômico foi acompanhado pelo hábito de aumento dos preços. Em fevereiro de 1994, antes mesmo da implantação da URV, comerciantes e industriais especuladores surpreenderam o país com aumento de preços muito acima da inflação. Alguns exemplos: embora a inflação de fevereiro tenha sido de 38%, naquele mês o feijão aumentou 179%, a cebola 126%, a batata 114%. Apesar de tudo havia certa esperança de que o plano desse certo.

Em abril de 1994 Fernando Henrique deixou o ministério para concorrer à presidência da República, como único candidato capaz de derrotar Lula nas eleições de outubro.

Durante o governo de Itamar Franco outro escândalo com os políticos estourou. O escândalo do orçamento. Deputados, responsáveis pela elaboração do orçamento da União. O esquema era liderado pelo deputado João Alves. Segundo um economista, preso por suspeita do assassinato de sua esposa, José Carlos dos Santos, o

deputado liderava um esquema de corrupção no Congresso Nacional, que envolvia várias empreiteiras e mais de uma dezena de parlamentares. Esse esquema do qual ele próprio fazia parte, funcionava roubando verbas do governo, beneficiando parlamentares e distribuindo propinas.

O dinheiro da União era roubado através da autorização de verbas para a construção de obras e, principalmente para beneficiar algumas empresas escolhidas pelos parlamentares e pelo próprio João Alves. Uma parte da verba autorizada era devolvida pelas empresas beneficiadas ao deputado João Alves e aos deputados ou senadores envolvidos na armação. Para investigar a ação instalou-se uma CPI, que ao final de seus trabalhos recomendou a cassação de 18 parlamentares e indicou a investigação aprofundada sobre mais 22 acusados.

- **Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002)**

- Eleito em primeiro turno, graças ao plano real que baixou a inflação mensal a 2,96% em novembro de 1994, mês da eleição;
- Manteve a valorização artificial do real, paridade com o dólar, até novembro de 1999, ano de seu segundo mandato;
- Avanços sociais: Bolsa Família;
- Aumentou o número de crianças na escola, mas não avançou muito na qualidade da educação oferecida aos alunos;
- Garantiu as liberdades civis;
- Taxa de crescimento pouco expressiva;
- Privatização de empresas estatais;
- Expansão do ensino superior, com ênfase nas faculdades privadas;
- Aumento da economia informal;
- Problemas de distribuição de terras no campo, aumentando o conflito do MST com as forças do Estado ou com milícias formadas por latifundiários;
- O governo Fernando Henrique ficou marcado também por uma série de escândalos políticos como o da compra de votos para a aprovação da “emenda da reeleição”, que garantiu ao presidente concorrer a mais quatro anos de governo, tendo, portanto um governo de oito anos;

- **Governo Lula (2003-2006 / 2007-2010)**

- Depois de perder as eleições de 89, 94 e 98, Lula venceu as eleições de 2002 para presidente derrotando José Serra no segundo turno;
- Grande investimento das áreas sociais;
- Manteve a inflação sob controle, com aplicação da política econômica semelhante a do governo anterior;
- Balança comercial com superávits seguidos;
- Expansão do ensino superior, com ênfase nas universidades públicas;

- Política externa agressiva, querendo ampliar o papel do Brasil como nação relevante no cenário internacional;
- Nos dois governos Lula estouraram escândalos políticos, no primeiro foi o caso dos correios, que trouxe à tona o esquema do mensalão em que um publicitário Marcos Valério, recolhia e distribuía propina para políticos e empresários por favores prestados ao PT;
- Criação do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, que pretendia dar um incentivo econômico com a participação do governo em obras de infra-estrutura.